



Universidades Lusíada

Silva, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da, 1958-

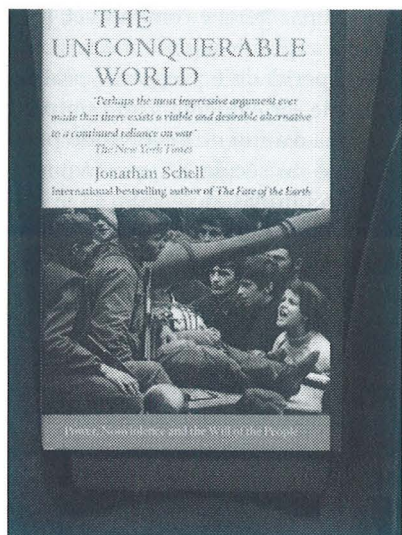
Jonathan Schell : the unconquerable world : power, nonviolence, and the will of the people

<http://hdl.handle.net/11067/7678>

Metadados

Data de Publicação	2005
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Schell, Jonathan, 1943-2014 - Crítica e interpretação, Não-violência, Guerra, Mudança social
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 02 (2005)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-01T03:25:51Z com
informação proveniente do Repositório



JONATHAN SCHELL, *The Unconquerable World. Power, Nonviolence, and the Will of the People*, London, Allen Lane / Penguin Books, 2004

“Visiting Professor” da prestigiada Universidade de Yale e “Harold Willens Peace Fellow” na Nation Institute, Jonathan Schell é colaborador de várias publicações especializadas na área das Relações Internacionais nomeadamente *The Nation*, *New Yorker*, *Harper’s*, *The Atlantic* e *Foreign Affairs*. As suas reflexões sobre as questões da guerra e da paz não são recentes pois um dos seus livros mais conhecidos, *The Fate of Earth*, aborda já problemas semelhantes embora centrando-se sobretudo sobre o problema do desarmamento nuclear na época da Guerra Fria. Não se assume como um pacifista no sentido absoluto da expressão ao acentuar o esforço vão do domínio global pela violência, apesar do título *The Unconquerable World* parecer apontar nesse sentido. Aliás, o subtítulo confronta-nos com três ideias fundamentais capazes por si de caracterizar o início dramático do século XXI: *Power, Nonviolence and the Will of the People*. Admite a necessidade de travar combates em torno dos valores essenciais inerentes à liberdade humana sem que isso signifique a inviabilidade da guerra como solução única para os problemas mundiais.

A catástrofe do 11 de Setembro de 2001 tocou-o não só como ser humano e cidadão americano mas especialmente como nova-iorquino e isso reflecte-se na excepcional introdução desta obra significativamente intitulada *The Towers and the Wall*. As fortes imagens das duas torres incandescentes da cidade de Nova Iorque têm um simbolismo muito forte aos seus olhos porque traduzem o fim das esperanças abertas com a “Queda do Muro de Berlim” em 9 de Novembro de 1989. Na verdade, a “Segunda Primavera dos Povos” começou antes desta data e caracterizou-se por sucessivas revoluções pacíficas escalonadas ao longo das décadas de 70, 80 e 90 na Europa, na América do Sul e na África do Sul. O seu aparente triunfo prometia para a Humanidade um renascer baseado na paz, no progresso global e na aceitação plena da validade universal das instituições democráticas. A dantesca imagem do inferno das *Twin Towers* destruiu, num ápice, esta doce ilusão transformando-a num amargo desespero e reiniciando o ciclo da violência e da guerra.

O fim de pouco mais de duas décadas duma relativa paz geral é comparável, para Jonathan Schell, à tragédia da Primeira Guerra Mundial, especificamente a Agosto de 1914, quando os canhões destruíram uma época de prosperidade e progresso praticamente sem igual na história dos seres humanos. Apesar de ser evidente a sua simpatia e mesmo uma certa nostalgia perante o fim da Era Vitoriana o autor está sobretudo preocupado em evitar a repetição dos acontecimentos trágicos do século XX que mataram milhões de seres humanos em sucessivas, diversificadas, múltiplas violências, só imagináveis e passíveis de serem inventadas em toda a sua crueldade e horror pelo homem. Contudo, o esforço de pensar o impensável está estreitamente ligado ao desejo mais profundo de fechar definitivamente a porta para esta solução que pode destruir o século XXI e comprometer as promessas de redenção humana que a “Queda do Muro de Berlim” permitia antever em 1989. Assim sendo, o apelo à procura duma solução mais consensual do que a simples retaliação armada, face ao desafio do terrorismo global, passa necessariamente pela aprendizagem das lições do passado nomeadamente do século anterior. A afirmação da ineficácia e/ou inutilidade da violência como instrumento político insere-se nesta leitura pedagógica da história recente. Ela torna impossível alcançar os objectivos para os quais foi utilizada, pois acaba por destruir o utilizador e a sua vítima sendo o caminho para a aniquilação total da Terra ao torná-la num Inferno. Assim sendo, um sangrento fio de acontecimentos trágicos percorre o século XX tornando idênticas as carnificinas das batalhas de Somme e Verdun, os genocídios praticados nos campos de extermínio de Auschwitz, Bergen-Belsen, Vorkuta e Kolyma ou ainda os holocaustos nucleares de Hiroxima e Nagasaki.

A descoberta de alternativas credíveis para o tempo presente nasce, no pensamento do autor, dum optimismo moderado e responsável que permitisse voltar a ter esperança no novo “Adeus às Armas” num futuro próximo. O optimismo que tinha de se escorar na análise histórica do passado recente que opunha à violência, aparentemente triunfante, o valor de experiências não violentas de emancipação da humanidade desde, pelo menos, o final do século XVII. O ponto de partida que escolheu para definir as referências fundamentais para a sua viagem filosófica pela história da humanidade encontra-se muito longe e simultaneamente muito perto de nós. Recua no tempo até à Antiguidade Oriental e à Antiguidade Greco-romana para nos confrontar com duas propostas contrárias mas sempre presentes da Humanidade: a tradição clássica e a tradição cristã. A primeira representada por Virgílio na *Eneida* e protagonizada pelo seu patrono o imperador Augusto, a segunda por Jesus Cristo e alguns profetas do Antigo Testamento. A tendência guerreira e a tendência pacifista defendiam pontos de vista opostos no campo da dignidade humana. Uma cantava o combatente disposto a matar mas também a morrer e forneceu os elementos de base do “sistema de guerra” dominante na História da Humanidade, a outra cantava o homem sem armas e recusava totalmente a violência. Na opinião do autor ambas sobreviveram ao passar dos séculos e tornaram-se nas estruturas essenciais do pensamento e da cultura da Civilização Ocidental.

A evolução histórica da Europa e da América assistiu também a tentativas de conciliação destas posições opostas a começar pela clássica oposição entre a “Cidade de Deus” e a “Cidade dos Homens” explicitada por Santo Agostinho no Século V A.D., unificando o pensamento cristão e romano numa síntese única. Os esforços para desenvolver esta “via média” terão tido como sucessores a doutrina católica da “Guerra Justa”, com os seus significativos desenvolvimentos nos séculos XVI e XVII, mas também Maquiavel ou Montesquieu ao pretenderem realizar a “separação” entre a moral indivi-

dual e religiosa e a razão de estado ou a virtude do político característica do mundo moderno. Nesta perspectiva os debates posteriores, na época contemporânea, sobre a disjunção entre o Estado e a Igreja, são uma herança directa das concepções iniciais de Santo Agostinho.

No entanto, o caminho de Jonathan Schell não é esta terceira via que considera totalmente inadequada para enfrentar os problemas do presente após as experiências da guerra absoluta e dos regimes totalitários do século XX. A prossecução até aos extremos do paradigma de Clausewitz sobre a relação entre a guerra e a política parece ter anulado qualquer esperança de que a separação entre estas duas vertentes da acção humana permita limitar a violência guerreira. O escritor não vê igualmente muita esperança na prossecução das tentativas falhadas após os dois grandes conflitos mundiais do século passado para a construção da paz. A Liga das Nações e a O.N.U., protagonizadas sobretudo pelos estadistas das nações vencedoras, não foram capazes de assegurar a existência dum mundo mais pacífico devido às mesmas razões embora em contextos diferentes. A ausência dum movimento popular de fundo, passível de apoiar e desenvolver estas iniciativas governamentais, contribuiu entre outros factores para o insucesso total no primeiro caso e mais relativo no segundo. A dupla decepção daqui resultante não leva Jonathan Schell a defender a guerra como meio privilegiado de resolver os problemas políticos mesmo que se trate de combater uma ameaça tão terrível como o terrorismo global. Assim sendo, compreende-se o seu cepticismo sobre as opções estratégicas da actual administração americana no referente à manutenção da sua supremacia e na prioridade dada às acções armadas unilaterais um pouco por todo o mundo. Considera ser uma nova febre guerreira seguida em breve por vários países no Médio Oriente, na Ásia e na Europa que apenas serve para relançar um novo ciclo de violência semelhante ao iniciado em Agosto de 1914.

Não significa isto que um pessimismo absoluto domine o seu livro pois não aceita que a história tenha necessariamente que se repetir e recusa qualquer tipo de determinismo político. Nesta perspectiva, o autor valoriza todos esforços das personagens pacifistas do século XX que tiveram a coragem de lutar até ao fim sacrificando as suas vidas e dando um exemplo de coerência total com os seus ideais: M. Ghandi, M. Luther King, Jan Palachi, A. Sadat e Y. Rabin! A partir daqui trata-se de explicitar historicamente estes contraditórios desenvolvimentos da época contemporânea de maneira a fornecer os fundamentos da nova esperança num futuro melhor para a Humanidade que terá de assentar na vitória das tendências pacificadoras no mundo. O trajecto escolhido é duma aparente simplicidade que não esconde a complexidade inerente a todos os processos sociais e políticos. O seu ponto de partida é exactamente aquilo que o autor deseja negar e que desenvolve na Parte I do livro: *Violence*. O triunfo do “sistema da guerra” baseia-se essencialmente no triunfo do pensamento de Karl von Clausewitz que assume que a guerra é a continuação da política por outros meios e a sua aplicação na época da “Grande Revolução Democrática” do século XVIII que corresponde *grosso modo* à “Revolução Atlântica” de Jacques Godechot. A associação entre a mobilização popular para a guerra e a radical mudança no campo militar das tácticas, estratégicas e tecnologias conduziu inesperadamente à concepção da possibilidade real duma solução militar para os problemas políticos da época.

A “Revolução Francesa de 1789” e a época napoleónica marcaram o momento a partir do qual as esperanças do Iluminismo do século XVIII no progresso e na paz, assente no liberalismo político e económico, deram lugar ao triunfo da lógica da guerra.

O confronto inicial entre os países revolucionários e contra-revolucionários cindiu a Europa em dois campos inimigos e abriu caminho, no período posterior a 1815 e a 1848, aos conflitos militares entre antigos e novos estados nacionalistas. Assim sendo, a invenção da guerra revolucionária em setecentos conduziu directa e/ou indirectamente aos dois paradigmas militares do século XX: a guerra nuclear e a guerra do povo! A primeira é fácil de ser referida como um beco sem saída passível de ser descrito por Raymond Aron pela expressão “Paz improvável, guerra impossível”. Johanatan Schell considerou-a um perigoso impasse entre as duas grandes potências que colocou constantemente a Humanidade à beira do abismo e anulou automaticamente a validade do axioma clauswitziano e a subsequente concepção da guerra total. Contudo, o segundo conceito teve igualmente uma longa vida pois sendo também uma adaptação feita por pensadores marxistas da referida máxima teve os seus principais expoentes em Mao Zedong, Ho Chi Minh e Vo Nguyen Giap. O horror e simultaneamente a fascinação produzidos pela guerra nuclear, como produto longínquo da “Revolução Científica” do século XVII, é partilhado pela guerra do povo onde todos os limites são ultrapassados na busca da vitória final.

A solução para o problema da violência não pode residir em nenhuma destas propostas pois ambas conduzem a resultados negativos: a primeira ao equilíbrio do terror, a segunda à criação de estados totalitários. O autor procura então outras alternativas na Parte II – *Nonviolence* onde descreve longamente a vida, opções, táticas e estratégia pacifistas de M. Ghandi na sua luta pela emancipação da África do Sul e da Índia do domínio imperial britânico. Embora refira outros exemplos históricos centra-se sobretudo nesta extraordinária personagem histórica para demonstrar que as revoluções não violentas dão origem a governos não violentos ao contrário das revoluções clássicas dos séculos XVIII, XIX e XX. Assim sendo, só lhe resta complementar as suas observações mostrando a possibilidade de estabelecer uma aliança entre estes movimentos pacifistas e as mudanças reformistas/liberais dos antigos ou ainda existentes estados autocráticos. Esta temática é desenvolvida na Parte III – *The Civil State* – onde reflecte sobre as possibilidades dum liberalismo moderno quer a nível da política interna de cada estado quer a nível internacional. No primeiro caso constata o triunfo nos anos 70, 80 e 90 de revoluções relativamente pacíficas que derrubaram regimes autoritários e totalitários de direita e esquerda um pouco por todo o mundo e da qual a Revolução Portuguesa de 1974 é de certa maneira o ponto de partida. No segundo caso, afirma a possibilidade de regressar a uma concepção wilsoniana das relações internacionais na posição diametralmente oposta das concepções realistas e neo-realistas da ordem internacional.

A associação entre os movimentos populares não violentos, os estados liberais e o internacionalismo liberal vai conduzi-lo à defesa duma nova ordem internacional assente no poder cooperativo da acção não violenta dos povos: única esperança da libertação e democratização universais sem degenerar em qualquer ambição imperialista ou guerra do povo. O liberalismo de tradição humanista deverá ser, de certa maneira, o invólucro que permitirá reordenar a dinâmica democrática e popular para uma paz universal num mundo impossível de conquistar pela violência armada.

Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva